



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BERLIM, ALEMANHA, 20 DE SETEMBRO DE 1995

I. Introdução. Sociologia e Política.

Sinto-me profundamente honrado ao receber, das mãos do Decano do Departamento de Ciência Política da Universidade livre de Berlim, Professor Ralf Rytlewsi, o título de Doutor *Honoris Causa*. Fiquei muito grato com as palavras pronunciadas pelo Dr. Hans Matthofer, cujas atividades tenho acompanhado ao longo de sua carreira como parlamentar e Ministro de Estado, e cuja batalha pela descolonização, pela democracia e pelos direitos humanos é de todos conhecida. Impressionou-me também a apresentação do Professor Elmar Altvater, certamente um dos maiores teóricos contemporâneos da teoria do desenvolvimento, em suas inter-relações com a dimensão ecológica. Agradeço, enfim, as palavras do Professor Manfred Nitsch, que tanto tem colaborado com o Brasil em questões como novas fontes de energia e a problemática do meio ambiente.

Sei que o título representa uma homenagem à minha primeira vocação, a de cientista social, que, até hoje, condiciona minha maneira de ver o Brasil e o mundo. Frequentemente, ao tomar decisões como Presi-

dente, reconheço a necessidade de ver o campo de atuação política com os olhos do sociólogo.

Governar exige do homem público domínio de conhecimentos organizados e objetivos sobre a realidade em que deve atuar. E é a ciência que ensina a conhecer. Por isto, gostaria de iniciar esta conferência com observações sobre a relação entre a ciência e a política, entre o saber e a ação, sob uma ótica distinta da de Max Weber.

Advirto que seguirei, hoje, percurso metodológico diferente do que segui há mais de 20 anos, em 1972, quando, aqui, pronunciei longa palestra sobre “As Classes Sociais e a Crise Política da América Latina”.

Naquele momento, recorri também a Weber para, em contraste com Marx, buscar a melhor forma de definir o que havia de particular e de universal na dinâmica de classes do continente.

Hoje, a questão de classes está um tanto esquecida, não por ter deixado de existir, mas antes porque sua complexidade repele esquemas simples. No fundo, reconhecemos que os paradigmas clássicos precisam de profunda renovação. É como se as Ciências Sociais não tivessem podido acompanhar o ritmo da inventividade humana. Mas os clássicos ainda são fonte de inspiração. Volto a eles.

A sociologia moderna nasceu com Marx, Comte, Weber e Durkheim, quando os movimentos de transformação social ganhavam dinâmica própria e passaram a requerer interpretações baseadas em critérios objetivos e em investigações elaboradas com rigor.

A primeira indagação dos fundadores da sociologia refere-se às razões que levam às mudanças sociais. Essa indagação permanece, embora, atualmente, tenhamos de nos defrontar com sociedades mais complexas, em ritmo acelerado de transformação.

O capitalismo contemporâneo não é mais aquele que Marx descreveu no século XIX, mas as contribuições deste permanecem valiosas, sobretudo no que respeita ao impacto das forças produtivas sobre a organização social e a tendência à universalização do modo capitalista de produção.

Ao relacionar etapas no progresso da Humanidade com os avanços no domínio da indústria, o pensamento de Comte mantém sua

atualidade. De Weber ainda há muito que recolher, pois, em sociedades como as nossas, em que a informação – portanto, o tecido das idéias e dos valores – é decisiva, suas lições continuam atuais. Durkheim remetemos à questão sempre presente das formas de solidariedade existentes em sociedades complexas, em particular agora, quando as manifestações de grupos e setores parecem prevalecer sobre os interesses coletivos.

Hoje, num momento em que a velocidade das mudanças tornou-se exponencial, o debate sobre o sentido da evolução de nossas sociedades parece unir sociologia e política.

De certa forma, os temas clássicos da sociologia transformam-se em temas sobre os quais os políticos têm de tomar decisões concretas em seu cotidiano. Mais do que nunca, especialmente da perspectiva de um país em desenvolvimento, a ação política corresponde a um movimento de escolhas essenciais sobre o futuro, sobre como combinar progresso econômico com eqüidade social, e, muito especialmente, sobre como harmonizar vantagens coletivas e condições para o bem-estar individual.

Para nós, brasileiros, que vivemos numa sociedade que ainda padece o efeito de profundos desequilíbrios econômicos e sociais, as escolhas exigem objetividade e cuidado que nem sempre o jogo político cotidiano possibilitará, tendo em vista que sua dinâmica ainda tende a ser influenciada por interesses individuais ou corporativos, geralmente de curto prazo.

Assim, para uma atuação política moderna e eficaz, deveremos, como políticos, ter o cuidado do sociólogo e buscar objetividade para entender os melhores e mais curtos caminhos para as transformações necessárias.

Outra lição da sociologia é a de que o mundo das forças sociais é complexo; não podemos ceder à tentação de produzir soluções perfeitas no papel, mas inviáveis porque afastadas da realidade e da prática política. Nós, sociólogos, não podemos esquecer que a mudança, em nossos dias, repele, freqüentemente, as imposições da razão e nasce, na verdade, do encontro democrático de vontades. A ‘razão democrática’ pode, muitas vezes, seguir caminhos tortuosos e ser lenta em sua expressão, mas será sempre uma “razão sábia”.

III. Os vários “Brasis”. A visão da Sociologia brasileira.

Nesta conferência, tentarei ser antes sociólogo que político. Escolhi um tema ao mesmo tempo universal e que não se presta ao conforto das certezas científicas: o da identidade nacional.

O que é o Brasil?

Há pouco tempo, em artigo que tratava do que é ser alemão, Habermas advertia para o risco da consagração de estereótipos a que a pergunta poderia induzir. Os temas, o meu e o de Habermas, se aproximam, embora com enfoques essencialmente diferentes. Em ambos os casos, a busca do que é “ser alemão” ou “o que é Brasil” poderá correr o risco de estar na trilha das generalizações perigosas sobre indivíduos; daí ao estereótipo o passo é quase inevitável. Tolstoi, no magistral *Guerra e Paz*, elabora toda uma tipificação nacional, que associa qualidades, defeitos e perversões a praticamente todos os povos europeus. Por mais curiosas que certas tipificações de Tolstoi possam ser, o valor do exercício tem mais de humorístico ou de literário do que de científico.

Minha longa carreira de pesquisador preveniu-me contra esse risco. Não tentarei descrever, tomando emprestada a expressão de Weber, o que é o “tipo ideal” do brasileiro. Não sei se ele existe, embora seja fácil admitir que, em cada nacionalidade, haverá uma medida que, embora inacessível à resposta científica, servirá de referência para explicar comportamentos coletivos desta ou daquela nação, deste ou daquele povo.

Minha proposta é outra. Acredito que as Ciências Sociais desempenham um papel importante no processo de criação das identidades nacionais. Em dois sentidos: em primeiro lugar, porque haverá pensadores que espelham, de forma sistemática, o que as sociedades vêm como o “típico nacional” de determinado país – na Alemanha, aponta Habermas, os filósofos talvez tenham sido a referência do pensamento ordenado e profundo. Em segundo lugar, o cientista social, ao examinar aspectos diversos de sociedades complexas, estará contribuindo para que a cidadania forme uma visão da nacionalidade, ainda que não seja este o seu objetivo explícito ou consciente.

Para o Brasil, enquadrar-se-iam, sem dúvida, no primeiro caso, as obras de um Gilberto Freyre, que cria o mito da tolerância racial do

povo brasileiro; de um Sérgio Buarque, que se torna, na leitura mais simplista, o arquiteto conceitual da “cordialidade” brasileira, no sentido de que os brasileiros nos guiamos, no cotidiano, mais pelo “coração” do que pela razão; ou, mais recentemente, as observações do antropólogo Roberto da Matta, que procura identificar no comportamento do brasileiro uma dualidade essencial, que levaria a duas posturas éticas contraditórias, sancionadas por atitudes que mudariam em função do espaço público – a rua – ou privado – a casa –; e as de Darcy Ribeiro, sempre criativo em suas concepções do “modo de ser” brasileiro.

Dos quatro cientistas sociais mencionados, fiz apropriações simplificadas de textos complexos. Gostaria de assinalar que, diferentemente do que ocorreria na Alemanha, em que as referências são filosóficas, ou mesmo nos Estados Unidos, onde os autores que se identificam com o típico nacional seriam mais políticos – como os *lounding fathers* no período do debate constitucional e os que fazem a exaltação da liberdade e do orgulho da acumulação capitalista como traço da vida cotidiana –, no Brasil são os pensadores do social os que lançam o padrão do “ser brasileiro”. Talvez porque estariam nas maneiras sociais, nas formas de convivência, mais do que num modo de pensar ou num comportamento político, os elementos que definem o mito da “brasilidade”.

Antes de passar adiante, mencionaria as tentativas modernas, formuladas nos anos 30, de caracterizar o ‘brasileiro’, um esforço não exatamente sociológico de identificar o Brasil com certas tradições ou correntes artísticas. É nesse marco que se dá a “descoberta”, primeiro por Mário de Andrade, depois por Rodrigo Mello Franco de Andrade, do barroco colonial como uma expressão da estética brasileira. A reinvenção de formas estéticas européias, a adaptação da arquitetura da escultura a um ambiente histórico e geográfico diferente criava uma forma de manifestação artística original. A igreja era barroca na concepção, mas brasileira na feitura, o que lhe garantia a força de originalidade. O mesmo valeria para a literatura, como mostra Antonio Cândido, quando estuda a adaptação das imagens do arcadismo oitocentista ao cenário montanhoso de Minas Gerais. Para usar uma expressão com que

descrevi a contribuição da Cepal nos diagnósticos e formulações teóricas da realidade latino-americana, éramos “originais na cópia”.

III. Outras Interpretações do Brasil. Visões de dentro e visões de fora.

Passemos a outras interpretações contemporâneas do Brasil, que ajudaram a exprimir o mosaico complexo que é a realidade brasileira. Voltaaria a um outro autor que também se forma nos anos 30: Caio Prado, talvez o maior pensador do marxismo brasileiro e que, por isso, tinha perspectiva peculiar. Diferentemente dos autores que já mencionei, que pensavam na chave do que é o “propriamente nacional”, para um marxista, preso à necessidade de referir-se a leis universais da evolução do capitalismo, a indagação teria que partir da idéia da diferença. O Brasil é capitalista, sim, mas, seguiríamos as mesmas características das formações sociais européias?

A obra de Caio Prado abre um longo debate sobre que tipo de capitalismo é o brasileiro, em que a escravidão desempenhou um papel predominante na fase de implantação, de “acumulação primitiva”. A disputa sobre o significado da economia colonial – se feudal, capitalista, ou algo que combinaria os dois modos de produção – era intensa. Eu mesmo, na minha obra “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional”, tratei da questão. E se me permitem uma autocitação de minha Conferência feita aqui em 1972:

Os esquemas de caracterização das classes sociais na América Latina e de seu relacionamento com as estruturas de poder parecem percorrer, em ondas sucessivas, um movimento pendular que vai da superdeterminação do processo social interno pela dominação externa ao hiperparticularismo das especificidades locais, sem atingir, senão episodicamente num ou outro autor mais cuidadoso, o caráter de uma relação dialética em que particular e geral se estruturam num todo contraditório mas integrado.

As implicações desse debate sobre que tipo de capitalismo é aquele que se teria desenvolvido no Brasil são evidentes para a compreensão contemporânea das possibilidades de uma “revolução brasileira”. Uma

das derivações dessa visão é – embora nem sempre claramente finada ao marxismo – o nacionalismo moderno brasileiro, que teve no ISEB, sob a Liderança de Vieira Pinto, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, uma das versões mais acabadas.

De certa maneira, o nacionalismo traduzia, em uma perspectiva de “combate político”, a necessidade de construir uma visão própria do mundo, que nos levasse a afirmar a nossa originalidade e, ao mesmo tempo, nos indicasse que classes liderariam o esforço de forjar a “autonomia plena”, defendendo-nos das formas de penetração imperialista.

Para mim, o tema da identidade nacional se estabeleceu com clareza em minha temporada na Cepal, especialmente no diálogo com Raúl Prebisch e José Medina Echavarría. O primeiro, ao distinguir dinâmicas diferenciadas no centro e na periferia do capitalismo, apontava para a dimensão latino-americana da identidade brasileira, movida pelas modalidades de inserção no sistema capitalista. Echavarría, espanhol, indagava-se, mais no plano da cultura e das relações sociais, o que era aquele continente, com traços de valores europeus, herdeiro de formas universais de cultura, mas evidentemente diferente, com fortes setores de civilização indígena e africana e uma tendência autoritária recorrente.

Sabíamos, também, que não nos igualávamos ao grupo de países do Terceiro Mundo, como os africanos e asiáticos, que começavam a ganhar independência naquele início dos anos 60 e tinham tradições culturais que os distanciavam de nossa matriz ocidental.

Neste quadro, as análises concretas da dependência se articularam, em última instância, como proposta de distinguir o que é peculiar na América Latina. Podemos ler os textos sobre as teorias da dependência – e longe estão de homogêneos – como tentativas de revisão da teoria do imperialismo, como esforços para mostrar que a “penetração” do capitalismo na periferia não obedece a padrões uniformes, estando condicionada a formas nacionais de distribuição de poder e de organização social. Uma das indagações centrais seria justamente a de como constituir formações capitalistas, com camadas burguesas frágeis, sustentadas e orientadas por uma presença predominante do Estado.

Ainda no marco da matriz marxista, mencionaria as análises sobre a cultura brasileira, especialmente as de Roberto Schwarz. Se as forças produtivas tinham, ao se transferirem para a periferia, uma dinâmica própria, o mesmo ocorreria no plano das idéias. Os processos de legitimação, tanto quanto os processos de criação cultural, obedeciam a normas próprias. Não se tratava mais, como nas análises pioneiras dos anos 30, de simplesmente anotar o surgimento de um “estilo brasileiro”, mas antes de procurar a lógica que explicava determinadas formas estéticas.

A noção de descompasso aparece sob a forma do conceito de que, no Brasil, as “idéias estariam fora de lugar”. Assim, no Império, se a hegemonia se construía com base nos padrões da ideologia liberal, a aceitação “institucional” da escravidão gerava mecanismos “adaptativos”, e a melhor interpretação literária do processo, a de Machado de Assis, demonstrava a prevalência das relações de favor, de comportamentos clientelistas, em vez da afirmação individual.

Em suma, boa parte da produção sociológica, especialmente em São Paulo, lidará com as diferenças e peculiaridades do capitalismo na periferia. Teremos, aí, portanto, uma visão de um Brasil que, ao mesmo tempo em que se situa nas correntes universais do capitalismo, distingue-se de sua conceção mais estrita.

É evidente que esta linha de interpretação do Brasil não é a única. Para mencionar outros clássicos, lembro a obra de Raimundo Faoro, de corte weberiano, que traça a evolução política do Brasil a partir da predominância do patrimonialismo; ou as investigações iniciais de Florestan Fernandes, pioneiro nos estudos dos índios “tupinambá” e nos estudos de “integração racial” que, de certa maneira, revêem sociologicamente a antropologia freyriana; ou, ainda, Celso Furtado, que abre o debate sobre as possibilidades da industrialização brasileira e chama a atenção para o intrincado jogo entre forças internas e externas na definição dos processos econômicos brasileiros.

Neste momento, porém, gostaria de fazer referência a algumas visões de fora do Brasil. Em primeiro lugar, a visão dos franceses, Bastide, Lambert, Morazé e, mais recentemente, Touraine.

Estes propõem interpretações gerais de Brasil – indagavam-se sobre qual seria a marca diferenciadora de nossa formação social, que, para Lambert, era a de “sociedade dual”, para Bastide, a da “terra de contrastes”, ou, com Morazé, a de um país que viveria simultaneamente “três idades”. A idéia de diferenças econômicas e sociais com dimensões radicais, a ponto de opor duas civilizações dentro do mesmo país, contrastaria com a homogeneidade européia.

Alain Touraine superará essa visão dicotómica que, de uma certa maneira, chamava a atenção para a violência das diferenças sociais e entenderá de forma integrada a dinâmica social brasileira.

Por mais clara que tenha sido a crítica metodológica aos estudiosos franceses, sua obra permanece como contribuição sociológica à crítica social, ao mesmo tempo em que sublinhava a dificuldade de mudança. Não se tratava apenas de “modernização”; era necessário, para se obter um mínimo de justiça social, recriar uma unidade social no mosaico da civilização brasileira.

Merecem referência, ainda, Lévi-Strauss, com sua compreensão do valor intrínseco das variedades étnicas de nossos índios, e Braudel, que menciono menos pelas análises que fez da realidade brasileira do que por seu reconhecimento de que, a partir da experiência brasileira, ganharia perspectiva para empreitadas mais amplas. Dirá, anos depois, que sua estada no Brasil foi momento decisivo para a elaboração de suas teses sobre o Mediterrâneo.

Aliás, a influência metodológica francesa é curiosa e vale citar um depoimento feito, em artigo recente, por Antonio Cândido. Tratando da primeira leva de professores franceses que vieram ao Brasil por ocasião da fundação da Universidade de São Paulo, ainda nos anos 30, diz que

um projeto de claro sentido nacional foi realizado com recurso quase total à contribuição estrangeira [...] lembro, entre divertido e surpreso, que meus mestres brasileiros timbravam em citar autores europeus, em mostrar conhecimento minucioso da Europa e boa pronúncia do francês e do inglês, além de usarem categorias do pensamento europeu para construir imagens abstratas de uma realidade vaga. Enquanto os mestres franceses

nos obrigavam a olhar o mundo circunstante, recorrer às fontes locais, descobrir documentos, investigar a realidade próxima. [...] Os franceses nos punham dentro do país.

A comparação dos franceses com os estudos modernos dos “brasiliânicos” americanos, já nos anos 60 e 70, é interessante. Em primeiro lugar, os americanos escolhem focos mais específicos, são especialistas. Os pioneiros, Pierson e Wagley, eram estudiosos, de grande acuidade, de realidades menores: ora pequenas comunidades paulistas, ora relações raciais na Bahia. Em segundo lugar, a perspectiva de crítica social, embora continue ainda, já não aparece explicitamente, pois está embutida nos modelos e visões da sociedade que orientam a pesquisa.

O impacto que eles tiveram sobre a sociologia e, mais ainda, sobre a ciência política brasileira – que se afirma com independência nos anos 70 – foi significativo e ocorre de várias maneiras.

Faz-se, por exemplo, com sucesso, a ligação entre a análise econômica e a crítica social e, nesse sentido, os estudos de Albert Fishlow sobre redistribuição de renda foram pioneiros. Retoma-se a importância do jogo político e das instituições como elemento para a compreensão dos processos de transformação do País.

A versão da história brasileira do ângulo da evolução democrática, como fez Skidmore, e da análise dos militares, na obra de Stepan, são exemplares. Modernizam-se os estudos sobre o peso dos Estados na Federação e, finalmente, desvenda-se uma medida de autonomia da política externa, que propiciou análises interessantes da diplomacia pendular de Vargas.

IV. Os novos enfoques das ciências humanas no Brasil.

O autoritarismo não interrompeu a pesquisa sobre os temas brasileiros. Do lado oficial, dos porta-vozes do regime autoritário, propunha-se uma visão simplista, ideológica, de um Brasil que, estando à beira da solução de seus problemas, teria um destino fácil de potência. Nas universidades e nos centros de pesquisa, criados para fugir às limitações impostas à liberdade acadêmica, o movimento vai justamente no senti-

do oposto. De um lado, a denúncia das fragilidades de um modelo de organização social que combinava autoritarismo e políticas econômicas concentradoras; de outro, o florescimento do que eu chamaria de a “pesquisa focalizada”.

É claro que esse movimento não começa nos anos 70, mas, sem dúvida, com a difusão dos mestrados e doutorados em ciências sociais, com a volta de muitos exilados que fizeram pós-graduação nos Estados Unidos e na Europa, a temática da pesquisa se amplia, os trabalhos ganham em profundidade; perdeu-se um pouco a pretensão de interpretações prontas e gerais sobre o que é o Brasil.

Diria mesmo que cada aspecto da realidade ganha seu nicho acadêmico. A Antropologia abre espaço para a compreensão de fenômenos que vão do carnaval às religiões sincréticas. A Sociologia se especializa, abordando as questões urbanas e rurais, a formação do sindicalismo moderno, as dimensões da pobreza e da desigualdade, os temas da mulher, da educação e da comunicação de massa, as tendências demográficas, a busca das matrizes do populismo e do autoritarismo, a interpretação das condições para o surgimento do Estado onipresente e a fragilidade de sua legitimidade.

A Ciência Política discute os partidos e os sistemas eleitorais, os mecanismos de decisão, as novas formas de organização social. Os temas de política internacional ganham autonomia: o sistema capitalista é condição, mas não mais determinante exclusiva, de opções de política externa. Os estudos diversificam-se geograficamente; ao lado de São Paulo e Rio, a pesquisa moderna difunde-se em muitos outros centros regionais.

V. Os “Brasis” e o processo político contemporâneo.

Essa visão, necessariamente esquemática e incompleta, de aspectos da reflexão sociológica brasileira leva, do ângulo da política, a uma conclusão: quem decide deve buscar a perspectiva mais completa do País e, para tanto, há de aceitar a sua complexidade. Há de ir além dos diversos “Brasis” que nos fornecem as Ciências Sociais e agregar-lhes ainda os outros muitos “Brasis” que freqüentam a mesa do processo político.

Sabemos que, em cada decisão política concreta, haverá sempre a dimensão de um Brasil econômico, que, em si mesmo, comportará compromissos difíceis entre a necessidade de estabilização e o ideal de crescimento. Nem sempre a melhor lógica econômica coincidirá com o jogo de interesses políticos, distribuídos em conflitos, alguns de cunho regional, outros partidários, outros ainda fundados em visões diferenciadas do melhor projeto para o País. As soluções econômicas muitas vezes não oferecem indicações automáticas de desenvolvimento social, e a introdução de parâmetros de eqüidade na decisão econômica não é sempre fácil.

A dialética do econômico, do político e do social sofre ainda a influência da mídia, que terá formas próprias de avaliar o que é importante em determinada conjuntura e, com sua ação, influencia a opinião pública.

Poderia continuar lembrando os interesses, nem sempre homogêneos, de uma burocracia pesada e onipresente, como é a do Estado brasileiro; ou ainda a força dos movimentos sociais, expressos, hoje, em milhares de ONGs, atuantes e representativas dos mais variados interesses setoriais, mas com dificuldade de articular políticas sociais que sejam efetivamente universais. Poderia também mencionar a necessidade de compatibilizar os processos internos e internacionais em uma dinâmica de globalização.

VI. O caminho para o futuro.

Em síntese, deveria estender-me muito para localizar com precisão cada uma das múltiplas influências que balizam o espaço próprio da decisão de Governo.

Diante dessas lógicas múltiplas, o olhar do sociólogo, amparado na tradição que descrevi e que essencialmente leva a que se aceitem as complexidades da realidade brasileira, aconselha a que se faça um duplo movimento.

O primeiro movimento é no sentido de buscar a necessária distância para compreender que as soluções políticas e os atos de Governo devem orientar-se por critérios que considerem todas essas lógicas parciais – jamais podem ser pré-determinados por nenhuma delas. O segundo é o

de entender que as decisões devem ser tomadas de molde a assegurar estruturalmente a construção do modelo de progresso que desejamos. Ou seja, não existirá boa política se não houver visão de um futuro de democracia e de justiça para todos os brasileiros.

Nesse sentido, se nos afastamos dos estereótipos; se sabemos, hoje, que não somos simplesmente “tolerantes” ou “cordiais”; que o capitalismo brasileiro tem tanto traços universais como peculiaridades; que o problema social tem raízes estruturais; que o processo político é, simultaneamente, arcaico e moderno; quem decide deverá, não obstante, ter clareza quanto aos problemas centrais de nosso tempo e dos recursos nacionais para encaminhá-los.

Como obter essa clareza?

Acredito que a primeira necessidade, para a boa gestão política, é permitir que as diversas perspectivas de Brasil apareçam plenamente no debate público: é essa a regra geral do bom funcionamento das democracias. Somente o debate democrático pode promover o encontro entre a reflexão sociológica e a dinâmica da política.

Por ambas as óticas, a sociológica e a política, ainda somos um país “injusto”. Na linha das dicotomias de Gilberto Freyre, hoje o quadro brasileiro talvez pudesse ser resumido como “Grande Indústria e Favela”. As diferenças sociais são mercantes, mas há espaço para atenuá-las, para afastar desigualdades que ainda criam limites para um verdadeiro projeto de realização nacional.

A sociologia fornecerá mapas da desigualdade, poderá apontar padrões de transformação, e aí se esgota seu papel, pois é no reino da política que se define o que realmente é possível fazer. O melhor guia para a construção do futuro, que se realiza a partir do cotidiano das pequenas e grandes decisões de Estado, é menos a razão do que a sensibilidade.

VII. Conclusão

Em suma, os temas centrais da sociologia brasileira seriam quase clássicos: o da transformação social, seus agentes e projetos; e o da participação. As reflexões da Sociologia sobre “o que é o Brasil” indicam também alguns rumos do “que é ser brasileiro”. Se quisermos, nessa base, definir

o que é ser brasileiro hoje, diria que é alguém que aspira à justiça e à cidadania plena. Este é o brasileiro que emerge das urnas, para quem transformação e participação representam, a rigor, modalidades essenciais da vida democrática.

Graças ao trabalho dos cientistas sociais, podemos ver o Brasil, hoje, com olhos realistas. Tenho orgulho, como Sociólogo, do muito que conseguimos fazer nestes últimos anos, no sentido de entendermos melhor o país e, assim, ajudarmos a assentar os fundamentos para uma democracia sólida, arraigada, do

autoconhecimento.

Pelo que oferecemos de conhecimento, certamente, teremos contribuído para mudar as instituições e, sobretudo, para transformar comportamentos e modos de convivência. Não nos cabia resolver, é claro, os nossos problemas, mas abrimos caminhos.

Ao nos tornarmos cidadãos plenos, a “condição de brasileiro” se torna universal. Habermas, no artigo que citei anteriormente, propõe, para discernir o que é o melhor na tradição alemã, justamente porque isto a universaliza, o seguinte: “Subtrair-se àquelas tendências regressistas, alcançar a maioria, olhar de frente a própria situação histórica e social, bem como a internacional, seria o justo daqueles que se reportam à tradição alemã, à de Kant.”

Ora, os brasileiros, que estão construindo com luta e participação uma democracia de caráter verdadeiramente universal, revelam ao mundo sua verdadeira face; revelam que têm tanto de kantiano quanto os alemães, que conseguiram reerguer uma nação destruída pela guerra para tornar-se um exemplo de prosperidade e de vida democrática para a Humanidade.